

# Memória do Seminário

---

# O Direito à alimentação e à Soberania Alimentar

---

*“Entendida como um requisito para a democracia nos sistemas alimentares, (...) a Soberania Alimentar é uma condição para a plena realização do Direito à Alimentação.”*

*Olivier De Schutter*

---

**19 de maio de 2014**  
**Lisboa**

## Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>página 3</b>
<b>Preâmbulo: o Círculo de Leitura .....</b>	<b>página 5</b>
<b>A Revolução Verde e o modelo agrícola dominante .....</b>	<b>página 6</b>
<b>Alternativas e agroecologia .....</b>	<b>página 8</b>
<b>Políticas e estratégias para a transição, obstáculos .....</b>	<b>página 9</b>
<b>Entrevista a Olivier De Schutter .....</b>	<b>página 15</b>
<b>Conclusões .....</b>	<b>página 22</b>

**Autoria:** Andrea Duarte

**Edição:** CIDAC

Esta edição faz parte da produção de materiais no âmbito do projeto “Do Campo para o Prato, o direito à Alimentação e à Soberania Alimentar em debate” promovido pelo CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, cofinanciado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua e pela Fundação Calouste Gulbenkian e apoiado pelo jornal Público.

Para mais informações contacte-nos através do email: [cidac@cidac.pt](mailto:cidac@cidac.pt)



FUNDAÇÃO  
CALOUSTE  
GULBENKIAN



**Licença Creative Commons: BY-NC-ND**



## Introdução

Ao tomar a palavra perante os participantes no Seminário "O Direito à Alimentação e à Soberania Alimentar", o seu orientador, o professor e conselheiro especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação, Olivier De Schutter, constatou que, durante o seu "mandato de seis anos [que termina no final de junho de 2014], temos visto uma grande mudança na área do direito à alimentação". Para De Schutter, "enquanto nos anos 1980 e 1990 havia uma grande divisão internacional quanto à questão da agricultura (e da ajuda alimentar a nível internacional), orientada para o mercado e para uma especialização cada vez maior, este paradigma está a ser contestado desde a crise alimentar de 2008". Olivier De Schutter considera que "esta transição crucial centra-se na orientação para que cada país se possa alimentar a si mesmo e, ainda que ninguém ouse usar o termo soberania alimentar [nas instituições internacionais], é disso que se trata."

A soberania alimentar enquanto meio para atingir o direito à alimentação para todos foi o tema central deste Seminário, como será daqui em diante referido, realizado no Centro de Recursos do CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, em Lisboa, a 19 de maio de 2014, no âmbito do projeto "*Do campo para o prato, o Direito à Alimentação e à Soberania Alimentar em debate*", organizado pelo CIDAC e apoiado pelo Camões, I.P. e pela Fundação Calouste Gulbenkian.

O objetivo geral deste projeto é o de "desconstruir junto do grande público questões globais ligadas à questão da produção e consumo alimentar e promover posturas ativas de cidadania", tendo como objetivo específico o de "estimular o pensamento crítico de segmentos específicos da opinião pública e do grande público sobre as questões globais dos modelos de produção e consumo alimentar e abordando medidas concretas de ação em favor da Soberania Alimentar".

Os próximos ciclos de atividades visarão continuar o debate das questões globais ligadas à questão da produção e consumo alimentar, incidindo mais sobre medidas concretas de ação em favor da Soberania Alimentar.

O ciclo de Seminário e a Conferência, esta aberta ao público e dedicada à mesma temática (e cuja gravação integral, assim como uma síntese com imagens editadas estão disponíveis no *website* do CIDAC), foi antecedido por um Círculo de Leitura, onde se discutiu e questionou a obra do convidado. Nesta Memória, apresenta-se também uma breve resenha do Círculo de Leitura baseado no relatório de Olivier De Schutter e Gaëtan Vanloqueren, "The New Green Revolution: How Twenty-First-Century Science Can Feed the World".

Durante o Seminário, orientado pelo professor da Universidade de Louvain e conselheiro para as Nações Unidas, o tema definido à partida pelo orador foi "as discussões políticas [em torno da Soberania Alimentar e do Direito à Alimentação] e as resistências dos governos a estes temas", enquanto a Conferência (que se realizou no dia seguinte, 20 de maio) se centrou no debate de "um retrato da fome no mundo". De facto, Olivier De Schutter abordou de forma sistemática os

obstáculos que encontram as alternativas práticas ao sistema alimentar dominante. Foi, contudo, também confrontado com várias perguntas sobre o papel das empresas, sobretudo das empresas transnacionais, na manutenção do estado atual da agricultura.

A temática da propriedade foi igualmente abordada, nomeadamente quando se questionaram os papéis na cadeia do sistema alimentar e a democracia na tomada de decisões e aconselhamento da parte das comunidades. Olivier De Schutter considera que “a implicação da soberania alimentar é que a terra devia responder em primeiro lugar às necessidades locais”, mas nota que a realidade é muito diferente. Perante um público que incluía ativistas de diversas organizações e sensibilidades, incluindo pessoas que tinham participado no Círculo de Leitura, De Schutter disse/afirmou que “a solução é insistir na democracia dentro das organizações de agricultores”, mas também que “além do compromisso voluntário, há que regular as empresas”.

Após o Seminário, Olivier De Schutter concedeu ainda ao CIDAC uma entrevista, que está incluída nesta memória. O objetivo da entrevista foi o de esclarecer alguns pontos que suscitaram dúvidas durante o Seminário mas, igualmente, o de estabelecer uma ligação entre o orador e os leitores deste documento. Olivier De Schutter foi também entrevistado pelo jornal Público<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> [“Os países precisam de recuperar a capacidade de se alimentarem”](#), entrevista feita pelo jornalista João Manuel Rocha, publicada a 2 de junho de 2014

## **Preâmbulo: debate no Círculo de Leitura**

O Círculo de Leitura sobre “O Direito à Alimentação e à Soberania Alimentar”, orientado por Carolina Leão, cooperadora da Mó de Vida e especialista em economia solidária e educação popular, centrou-se sobre os modelos alternativos ao sistema agrícola dominante. No entanto, em primeiro lugar, foi preciso definir os limites do atual paradigma da produção alimentar para depois o questionar.

O debate centrou-se na procura de uma definição do que é a agroecologia e de como perseguir alternativas ao sistema alimentar dominante, caracterizado pela exploração de grandes colheitas em monocultura, com recurso a irrigação intensiva e produtos químicos e controlado por grandes empresas, que controlam tanto a produção como a distribuição dos alimentos. Um dos nomes citados neste âmbito foi o de Esther Vivas<sup>2</sup>.

A soberania alimentar foi o tema dominante num Círculo de Leitura que contou com a participação de ativistas na área. Os exemplos apresentados por Carolina Leão e participantes em cooperativas ou outros tipo de alternativas (Horta Popular da Mouraria/ Horta do Monte, Bela Rama, Mó de Vida) deram origem a contributos como o de uma participante, que defendeu que: “a Horta Popular da Mouraria era um projeto pela Soberania Alimentar porque, além de ser um projeto onde se produzia comida, era também um projeto político, onde se demonstrava que era possível haver um espaço na cidade onde todos e todas podiam participar, decidir e transformar uma realidade (aberto a todos e todas), de forma autogestionada, sem intervenção, ou permissões de outras instituições de poder”.

De acordo com outra participante no Círculo de Leitura, algumas questões ficaram por responder depois dos debates do grupo. Tendo assistido ao fórum do Comité para a Segurança Alimentar (Committee on World Food Security<sup>3</sup>, ou CFS na sigla em inglês, que será mais tarde alvo de referências durante o Seminário), afirmava que “é claramente visível [neste fórum] o jogo de forças e interesses entre países, potências, setor privado / sociedade civil. E trazer alguns assuntos - como a agroecologia - a lume, pareceu-me uma proeza. Tive a oportunidade de ouvir De Schutter nesta ocasião, quer nas sessões plenárias, quer em mesas redondas paralelas, e o seu papel foi claramente radical, dentro da sua diplomacia. Sim, nem tudo é óbvio, tudo é muito complexo mesmo...sair do sistema ou trabalhar no sistema? Qual a via? Como provocar a mudança? Como potenciar alternativas estruturantes? A resposta não é fácil”. Não só a resposta não é fácil, como as tentativas de transição enfrentam vários obstáculos, como foi dito no Seminário.

<sup>2</sup> [Vivas, Esther, “Internacionalismo Camponês.” \(2014\),](#)

<sup>3</sup> [http://www.srfood.org/images/stories/pdf/otherdocuments/20120508%20-%20srftf\\_commentsgsffirstdraft.pdf](http://www.srfood.org/images/stories/pdf/otherdocuments/20120508%20-%20srftf_commentsgsffirstdraft.pdf)

## **A Revolução Verde e o modelo alimentar dominante**

O contexto histórico dos sistemas alimentares é um dos obstáculos à transição do modelo agrícola dominante para um modelo agroecológico identificados por Olivier De Schutter, durante o seu mandato como conselheiro especial para o Direito à Alimentação junto das Nações Unidas. De Schutter condena, à distância de mais de quatro décadas, a forma como se praticaram “os investimentos [numa política agrícola baseada na monocultura de] milho, trigo e, mais tarde, arroz, na América Latina e Ásia, nos anos 1960 e 1970, sem preocupação com as questões da nutrição”.

Para De Schutter, “estes sistemas alimentares [dominantes] não estão adaptados à realidade atual”. Como está bem patente nos diversos relatórios que publicou, De Schutter argumenta que “a abordagem produtivista cria problemas de várias ordens, incluindo problemas ambientais e de saúde.”

“A nossa herança são sistemas alimentares que são muito difíceis de mudar”, resume De Schutter, que lembra que, “depois da Segunda Guerra Mundial, a questão era como aumentar a produção [para pôr fim à fome], perante o desafio de uma população mundial em crescimento (este crescimento atingiu o seu pico em 1965, a um ritmo de 2,3%, sendo de 1,4% nos nossos dias)” e que, perante esse objetivo, “o investimento foi pensado para aumentar a produção e a produtividade”.

Essa herança, que consiste no sistema alimentar dominante atual, consolidou-se “nos anos 1960 e 1970, durante a chamada Revolução Verde, [quando] os governos da América Latina agiram de forma muito ativa [no sentido de] desenvolver a agricultura [usando programas que incentivavam a monocultura, a irrigação intensiva e o uso de fertilizantes e pesticidas químicos, por exemplo]. Contudo, nos anos 1980, os governos dos vários países foram incitados a não intervir. Com os programas de ajustamento financeiro, esta ideia torna-se ainda mais presente”, descreve De Schutter. O orador convidado foi várias vezes confrontado com perguntas que relacionavam os programas de austeridade impostos em Portugal pelo governo e pela troika FMI-BCE-CE com esse passado dos programas de ajustamento financeiro e com uma política que “pressiona o país a aumentar as suas exportações”.

Em resposta, De Schutter criticou a promoção da agricultura para o comércio mundial e o mercado internacional: “o crescimento não é um fim em si mesmo, mas um meio para chegar à felicidade”. Mostrando uma forte oposição face às políticas seguidas por esta instituição, De Schutter argumenta que “a Organização Mundial do Comércio (OMC) tem este impacto, que me inquieta: esta ideia constante de que precisamos de infinitamente mais comércio. Algum comércio está bem, mas o crescimento do comércio está a tornar-se um problema - como, por exemplo, quando os países da União Europeia dizem que a sua pegada de carbono diminuiu (após a assinatura do Protocolo de Kyoto), mas, na realidade, as suas importações aumentaram, as indústrias foram deslocalizadas e a quantidade de dióxido de carbono que estas emitem cresceu.”

Acerca da propriedade e distribuição global das terras e da sua relação com a Soberania Alimentar, especialmente nos últimos anos, o conselheiro especial para as Nações Unidas sublinha que “estamos a vender e comprar terra e água nos mercados globais”. Este facto significa que “terra que podia prover necessidades locais é utilizada para, por exemplo, a produção de biocombustíveis”, destinados, frequentemente, à exportação. A problemática do direito à terra é, portanto, “decidida pela procura” global, passando a propriedade para as mãos dos “consumidores que podem comprar terra para satisfazer as suas necessidades ou gostos, o que nos transporta para uma lógica em que 'eles' têm necessidades que não são satisfeitas e 'nós' temos gostos de luxo que se tornam acessíveis”. Ou seja, “esta é uma questão ética, política e económica e, se a deixamos ser determinada pelo mercado”, as consequências são bem visíveis, expõe. De facto, este era um tema que preocupava os participantes do Seminário, que questionaram as respostas possíveis face aos fenómenos de açambarcamento maciço de terras (“*land grabs*”, que ocorre sobretudo em países do Sul do globo) e face à falta de mecanismos de organização e defesa dos pequenos agricultores.

Aliás, como observa De Schutter, no sistema alimentar dominante atual, a divisão entre os países do Norte e os do Sul é também muito acentuada, “não só no que respeita à divisão do trabalho”, “mas também na relação de poder no comércio mundial”. Olivier De Schutter lembra ainda que “muitos países do Sul, particularmente sub-saharianos, são fortemente agrícolas, mas importam a maior parte da sua comida [que se trata de comida processada], devido à ausência de capacidade de transformação” dos alimentos. Infelizmente, as políticas que se usavam durante a Revolução Verde ainda são utilizadas pelos governos de hoje, afirma Olivier De Schutter. “No Malawi, o governo distribuiu sementes de milho e fertilizantes aos agricultores, muitas vezes àqueles que o apoiam politicamente, o que tem consequências negativas no desenvolvimento do setor agrícola”, exemplifica. A alternativa seria, defende o conselheiro especial, investir na criação e reforço de sistemas alimentares alternativos, incentivando aqueles agricultores, muitos já reunidos em associações ou cooperativas, a transformar e vender os seus produtos localmente.

## Alternativas e agroecologia

A primeira solução advogada por De Schutter implica, portanto, que “o direito à alimentação não pode ser alcançado sem a responsabilização dos governos e sem envolver as pessoas, sem que os governos trabalhem com as pessoas”, resume o próprio.

“Para mim, a questão é: seremos capazes de repensar o que comemos? Esta questão é indissociável da forma como nos relacionamos com o nosso meio ambiente, por exemplo”, sustenta o conselheiro especial para as Nações Unidas, que considera a autonomia um elemento-chave no direito à alimentação. “A agroecologia apresenta-se-nos como um modelo mais inspirado na resiliência e mais “fechado”, no sentido em que implica uma menor necessidade de contributos externos (*inputs*) e uma menor necessidade de [sobre]produção (*output*), já que a produção responde à procura” local<sup>4</sup>. frisa Olivier De Schutter.

No entanto, De Schutter sublinha também que “a Soberania Alimentar não é autarcia”, já que inclui a ideia de devolver às pessoas o direito à escolha sobre a sua alimentação. “Originalmente, [o termo Soberania Alimentar] referia-se à mudança de políticas alimentares que tornavam os sistemas [e, em particular, os pequenos agricultores, enquanto atores essenciais desses sistemas] reféns do comércio”, recorda.

Ou seja, refletindo sobre as origens do termo Soberania Alimentar e da luta pelo direito à alimentação nas últimas décadas, De Schutter argumenta que, “quando o movimento da Via Campesina se torna visível, nos anos 1990, participava sobretudo de um sentimento da parte dos agricultores que estavam a tentar sobreviver e que não queriam competir entre si no mercado, mas antes cooperar”. Mais tarde, lembra, “essas reivindicações têm ecos em Seattle, em 1999, durante as manifestações contra a OMC”e, já “depois de 2003, a Via Campesina tornou-se também um fenómeno urbano”, afastando-se da visão de uma população rural em luta contra governos que, claramente, priorizavam os grupos urbanos em detrimento dos rurais. A Via Campesina adaptou-se, então, para incluir “pessoas que vivem em cidades e que querem construir alternativas aos sistemas alimentares dominantes”, considera Olivier De Schutter. Sobretudo, “trata-se de questionar se os papéis tradicionais na cadeia alimentar podem ser mudados e de assegurar que as pessoas possam tomar decisões e fazer escolhas” sobre a sua alimentação, sublinha o conselheiro especial. Porém, De Schutter destaca que, apesar desta luta de décadas, “ainda não houve implicações no que toca à propriedade das terras”, com o agravamento, nos últimos anos, do adensamento maciço de terras de pequenos e médios agricultores.

---

<sup>4</sup> Olivier De Schutter mencionou (no final do Seminário) a obra [\*“Peasants and the Art of Farming - A Chayanovian Manifesto”\*](#), do professor de Sociologia Rural Jan Douwe van der Ploeg (2013)



Este facto não deixa de parte “a implicação da Soberania Alimentar [de] que a terra deve servir, em primeiro lugar e à partida, as necessidades locais”.<sup>5</sup>

Perante questões mais práticas dos participantes no Seminário, De Schutter afirma que “há muitos movimentos [de carateres diferentes] a nascer e crescer” na área da agroecologia.

Olivier De Schutter lembra que “os dois maiores motores dos sistemas alimentares atuais são os governos e as empresas, apesar de haver alguma evolução neste campo, na democratização da tomada de decisões participada por conselhos consultivos como o CONSEA, no Brasil”. Assim, para incentivar estes protagonistas a optarem por alternativas ao sistema alimentar dominante, “existem duas formas de influenciar o que fazem as empresas, o que colocam nas prateleiras dos supermercados: uma é através dos consumidores - há dez anos, a única preocupação dos consumidores era o acesso a comida barata, hoje interessam-se também por outros aspetos, como a ética ou a saúde. Há, no entanto, muitos atores nos sistemas alimentares que são mais difíceis de influenciar ou até de identificar, como os compradores de *commodities* (por exemplo, a Cargill, a Bunge...). Por outro lado, pode ser feita pressão criando e incentivando sistemas alimentares alternativos. Estes podem compreender cadeias alimentares curtas, mercados de produtores, hortas comunitárias e muitas outras iniciativas, normalmente de pequena escala e, muitas vezes, locais. Estes sistemas alternativos podem ainda ser marginais, mas exercem pressão sobre o sistema alimentar convencional.”

Outras alternativas mencionadas por De Schutter incluem o movimento *Slow Food* que, segundo o conselheiro especial para as Nações Unidas, pode ser considerado um exemplo de uma tentativa de voltar a integrar a comida no contexto social, já que “um dos problemas com o sistema alimentar de que dependemos neste momento é que esquecemos o aspeto cultural do ato de comer.”

No que toca “à rotulagem/certificação ecológica”, Olivier De Schutter considera que “o conceito é positivo, já que obriga as empresas a investir num tipo de agricultura mais sustentável. No entanto, os pequenos agricultores sentem dificuldades em obter este tipo de etiquetas e são muitas vezes excluídos [devido aos critérios estabelecidos]”. Assim, as leis e normativas que dão origem aos rótulos 'bio' em produtos disponíveis nos supermercados, ou seja, “os padrões ambientais necessários para obter estes selos deviam ser negociados com estes pequenos agricultores, que também podem ser encorajados a formar cooperativas”, defende De Schutter.

O Comércio Justo, por outro lado, levou, no passado, a que se estabelecessem relações entre os agricultores do Sul e os consumidores do Norte de contratos de produção agrícola, o que levanta “problemas quando os agricultores são contratados para produzir em monocultura”, lamenta De Schutter. “O Comércio Justo também deve incentivar a diversidade das culturas e tem de se reinventar de acordo com os princípios da Soberania Alimentar. Dito isto, adorava viver num mundo em que todo o comércio fosse justo”, acrescenta.

---

<sup>5</sup> Redistribuição (medo do comunismo), relatório

## **Políticas e estratégias para a transição, obstáculos**

Porém, outros protagonistas, além das empresas, colocam obstáculos à transição para sistemas alimentares alternativos. Olivier De Schutter, cujo mandato envolvia também negociações com responsáveis governamentais, revela que “apesar de já haver um consenso neste sentido [da parte dos especialistas], os governos não estão a mover-se nesta direção de forma suficientemente rápida.”

A medida fundamental a tomar pelos governos, segundo De Schutter, “para assegurar que toda a gente tem acesso à alimentação [é implementar] um sistema de proteção social”, ou seja, “ter proteção a nível dos rendimentos e a nível social e não apostar em preços baixos” da comida, o que leva a “uma economia onde apenas os mais fortes sobrevivem”.

No que toca ao que pode ser feito a nível dos governos, Olivier De Schutter reforça a ideia de que “os governos deviam fazer tudo o que podem para proteger os direitos humanos” incluindo, juntamente com as empresas transnacionais, “encontrar soluções para resolver os problemas já criados”, seguindo diretivas, por exemplo, de boas práticas neste domínio. Neste momentos, estes acordos, assinados por empresas como a Nestlé, não são vinculativos, refere De Schutter. A nível legal, “há uma proposta feita pelo Equador para que os países assinem um tratado vinculativo para proteção dos direitos humanos na área da Soberania Alimentar, mas esta é uma discussão que vai demorar anos”, comenta ainda De Schutter. Isto é, os países (e as empresas neles sediadas) ainda não aceitam uma regulação ou obrigações, embora assinem compromissos de boa-vontade.

Também no que toca a obrigações extraterritoriais, “o compromisso voluntário das empresas não é suficiente” e os tratados internacionais assinados pelas transnacionais são contornados e quebrados, constata Olivier De Schutter. Para o conselheiro especial, “é preciso regulá-las”, embora refira que, na União Europeia, as obrigações extraterritoriais têm alguma regulação no âmbito dos “*Maastricht Principles on Extraterritorial Obligations of States in the area of Economic, Social and Cultural Rights*”<sup>6</sup>

Por outro lado, frisa, os governos devem incentivar “iniciativas que podem partir do local e ser adotadas em todo o país, como, por exemplo, abastecer as escolas com produtos agroecológicos de produtores locais.” Um participante no Seminário intervém para lembrar que, em Portugal, esse tipo de medida é proibida pelo Ministério da Educação e Olivier De Schutter pede que lhe seja enviada informação sobre este caso, que ele considera contra as boas práticas que devem ser implementadas a nível da União Europeia.

Além disso, De Schutter defende que as despesas dos governos com os alimentos devem ser transparentes- Lembra que publicou “um relatório sobre as despesas públicas com a alimentação

---

<sup>6</sup> Um comentário a estes Princípios, publicado por Olivier De Schutter e outros autores, pode ser encontrado em <http://www.lse.ac.uk/humanRights/articlesAndTranscripts/2012/HRQMaastricht.pdf>

no meu site<sup>7</sup>”.

Mas Olivier De Schutter observa ainda que, mesmo quando os objetivos a longo prazo, para a construção de sistemas alimentares alternativos, são aceites pelos governos, “os incentivos a curto prazo não estão alinhados com estes objetivos a longo prazo”. Por isso, sustenta, “precisamos de planos de ação plurianuais [nesta área], o que já está a ser feito por uma mão cheia de países, como o Brasil, o Equador ou a Bolívia.”

Crucial, a nível de política concertada dos governos, repete, é o “estabelecimento de um rendimento básico mínimo a que toda gente devia ter direito”. Visto que, como já concluía John Maynard Keynes em 1928<sup>8</sup>, a produtividade, devido à mecanização do trabalho, tem aumentado nos últimos séculos, “porque não recompensar o tempo passado em hortas comunitárias por ativistas sociais, que não é socialmente reconhecido? Eu sonho com um mundo em que estas pessoas tenham direito a um salário”, conclui.

A nível internacional, também as empresas (que, como vimos, assumem apenas compromissos voluntários em termos de direitos humanos) estão longe de juntar a isso a ação. “Especialmente os países mais pobres, onde o dinheiro [de investimento público] é escasso, procuram muito atrair o setor privado”, relata De Schutter. Este setor privado não está, porém, “interessado no mercado local”, continua. O setor, composto por empresas de distribuição, de processamento de comida e ainda pelos compradores de *commodities* “está interessado na produção de matéria prima em bruto para exportação, para o mercado internacional”. Assim, conclui De Schutter, é “muito difícil interessar este setor, que é um ator crucial, a alinhar com um tipo de investimento que reduziria a fome no mundo, que ligasse os produtores locais aos consumidores, etc...”

Também a nível internacional, há políticas como a Política Agrícola Comum (da União Europeia) “que já foi encorajada a apresentar uma monitorização do seus impactos externos”, mas “finalmente, nada aconteceu”. Por outro lado, lembram simultaneamente Olivier de Schutter e alguns participantes no Seminário, os “projetos de cooperação como os que são dirigidos a países africanos enfrentam problemas relacionados com a sua duração. Muitas vezes, duram apenas dois ou três anos, em que é praticamente impossível construir algo durável”. Para o conselheiro especial, este é um problema com o qual não sabe “como lidar e há alguma fadiga devido a isto.”

Internacional e institucionalmente, Olivier De Schutter acredita que há propostas que podem fazer a diferença, como a que apresentou dois dias depois do Seminário, “em Genebra: trata-se de um Quadro [de Recomendações] sobre Dietas Saudáveis, baseado na Convenção sobre o Tabaco de 2003”<sup>9</sup> (que pretende desencorajar o consumo desta substância através da regulação

---

<sup>7</sup> [www.srfood.org](http://www.srfood.org)

<sup>8</sup> No seu ensaio de 1930, “*Economic Possibilities for Our Grandchildren*,” John Maynard Keynes afirmou que um aumento progressivo da produtividade durante o século seguinte resultaria num aumento do tempo destinado ao lazer. Segundo Keynes, o problema central da humanidade seria de como utilizar tanto tempo livre com sentido. (Adaptado do artigo “*Trends in time use in Twentieth Century America*” (2010), publicado por Valerie Ramey.

<sup>9</sup> Um breve artigo sobre a apresentação deste Quadro pode ser lido em <http://www.srfood.org/en/unhealthy-diets-greater-threat-to-health-than-tobacco-un-expert-calls-for-global-regulation>

da publicidade, entre outras medidas). Olivier De Schutter afirma que “mais pessoas morrem hoje devido a maus hábitos alimentares do que a doenças relacionadas com o tabaco e a indústria alimentar está a esconder provas sobre os impactos na saúde do consumo de comida processada.” Contudo, este Quadro de Recomendações “terá de ser negociado com a Organização Mundial da Saúde (OMS)”, antes da sua aprovação.

Frequentemente, contudo, onde se notam as maiores mudanças é a nível local, o que leva Olivier De Schutter a comentar que “é essencial ligar os cidadãos aos governos, temos de encontrar uma forma de dialogar com as comunidades locais”. Para isto acontecer, completa, “os governos têm de confiar nas pessoas e não nos tecnocratas e procurar as inovações sociais, que vêm precisamente das pessoas normais, de perspetivas diferentes”. Algumas das iniciativas que podem ser apoiadas já existem, descreve Olivier De Schutter: “nos EUA e Canadá, por exemplo, há uma tradição de democracia local [que se pode manifestar nos conselhos alimentares municipais] e, na Europa, há as aldeias de transição, etc., embora não haja soluções a nível da democracia local”.

De uma forma mais organizada, existem ainda cooperativas de agricultores e outras formas de intervenção, diz Olivier De Schutter, como os “sindicatos de agricultores e cooperativas na África Ocidental (por exemplo, no Mali), que já têm poder para negociar com o governo. Apoio de forma ativa este tipo de organização, mas tenho algumas dúvidas se realmente falam pelos agricultores em casos como o da AGRA”. Face ao problema da participação e da representatividade, De Schutter responde que “a resposta é insistir numa vida democrática dentro das organizações de agricultores.” Lembrando o tema da divisão laboral entre o Norte e o Sul, de Schutter argumenta que “é necessário, neste países, desenvolver os negócios intermediários”, de processamento e transformação dos alimentos, “o que requer, da parte dos governos, um investimento em estradas e outras infraestruturas.”

No entanto, “há vários obstáculos” à implementação de sistemas alimentares alternativos e à mudança nesta área, declara o conselheiro especial das Nações Unidas. Um deles é a já referida herança de sistemas alimentares da época pós-Segunda Guerra Mundial, produtivistas e centrados na mecanização, irrigação intensiva e uso de químicos, enumera De Schutter. O segundo tem a ver com a estrutura da “economia social” criada ao longo de décadas, com o incentivo a “uma posição de domínio dos grandes atores” da área. Em terceiro lugar, o obstáculo “provavelmente mais difícil de ultrapassar” prende-se com “os nossos hábitos enquanto consumidores”, o que inclui “um estilo de vida apressado, em que perdemos contacto com o sistema alimentar”. Este tipo de consumo leva, muitas vezes, à preferência pela “comida já processada”. Olivier De Schutter destaca que, por exemplo, “na Bélgica, em termos de ajuda alimentar aos mais necessitados, é complicado dar às pessoas vegetais frescos, já que elas não sabem cozinhá-los.”

Por outro lado, “ao nível da ideologia e das políticas das Nações Unidas”, isto é, ao nível da política internacional, “somos todos vítimas da ortodoxia” económica, comenta De Schutter. Isto significa, segundo o conselheiro especial, em primeiro lugar, que “a modernização é encarada como sinónimo de industrialização”. Em países africanos visitados por Olivier De Schutter, “como

Angola ou Moçambique, os governos e ministros da área da agricultura respondem aos apelos a uma política orientada para a agroecologia com questões como: porque nos negam o progresso semelhante ao vosso [dos países ocidentais]?” Ou seja, para De Schutter, “vêm o futuro da sua agricultura como um desenvolvimento unilinear, uma convergência com o Ocidente” que implica passar por todas as etapas que os países do Norte atravessaram.

Outro exemplo é “a medida do progresso, normalmente quantificado na produção por hectare ou por unidade de trabalho”. Enquanto “os esquemas industriais de monocultura” podem produzir resultados mais substanciais num só produto, “o *output* de sistemas agroecológicos diversificados, que incluem, por exemplo, árvores e pequenos animais, é muito melhor”, defende Olivier De Schutter. Além disso, é necessário questionar também se será “algo positivo reduzir o número de pessoas que trabalham na agricultura.”

Ainda no âmbito do tema da ideologia dominante, Olivier De Schutter lembra que “tem sido dada prioridade às inovações tecnológicas sobre as inovações sociais”. No entanto, para De Schutter, o futuro depende menos de encontrarmos “a semente certa ou o trator certo” do que de incentivarmos “novas maneiras de fazer as coisas, que são baseadas no conhecimento e inventivas, frequentemente resultantes das descobertas dos agricultores.” Em terceiro lugar, em termos ideológicos, o conselheiro especial considera que “a visão de que os tecnocratas sabem mais” do que os agricultores e, portanto, são melhores conselheiros em termos políticos, ainda não foi ultrapassada. De Schutter defende que “a democracia é a melhor solução”, advogando a tomada de decisões formadas com atenção ao contexto, mas também ao empoderamento das pessoas.

Por fim, Olivier De Schutter pede desculpa por ser “politicamente incorrecto”, especialmente face à visão predominante na OMC, e contesta “a ideia de que a racionalidade é sempre um cálculo económico sensato”. Por exemplo, relata, quando participou numa “reunião de seis dias com a AGRA, que recebe fundos da Fundação Bill e Melinda Gates e de outras fontes, para apoiar os agricultores africanos, fornecendo fertilizantes, algo que os governos, frequentemente, não conseguem fazer por falta de fundos”, notou que “os agricultores não confiavam na AGRA”. Embora “os executivos da AGRA estivessem convencidos de que estavam a oferecer as melhores soluções, com mais *inputs*, um acesso mais fácil ao crédito, encorajando a produção de certas colheitas, os agricultores estavam muito desconfiados e, acima de tudo, muito adversos ao risco, mais interessados em manter os seus rendimentos estáveis do que em vender o que o mercado procurava”. Esta “mundivisão diferente” traduz “outro tipo de racionalidade”, não reconhecida como economicamente sensata, mas apoiada numa forte convicção “contra a hipoteca das suas terras”, conclui De Schutter.

O conselheiro especial das Nações Unidas comenta, em resposta a uma questão dos participantes do Seminário, que “a questão dos transgénicos é uma batalha crucial que ainda tem de ser abordada”. Referiu que tinha chegado “a escrever um relatório, no início do meu mandato, sobre esta polémica, mas decidi não o publicar.” Embora os efeitos dos OGM estejam muito pouco estudados, “o facto é que os alimentos transgénicos continuam a entrar nas nossas dietas, apesar das mensagens muito claras que os europeus têm feito passar contra estes”, lamenta De Schutter.

Outro assunto discutido durante o Seminário foi o Tratado de livre comércio com os EUA (Transatlantic Trade and Investment Partnership, ou TTIP, na sigla em inglês), que Olivier De Schutter considera “um problema e uma importante batalha a travar no futuro”. De Schutter nota que, em relação ao TTIP, “o processo de negociação [entre a União Europeia e os EUA] não está a ser, de todo, transparente e tanto os cidadãos como as Organizações Não-Governamentais não estão a ter acesso à informação.”

## **Entrevista a Olivier De Schutter**

19 de maio 2014

Entrevista conjunta, conduzida por Tatiana Rojas (Mó de Vida)<sup>10</sup> e Andrea Duarte

### **Durante o seu mandato, falou com grupos alternativos ao modelo de produção (agrícola) atual, como a Via Campesina?**

Sim, muito. Estiveram muito visíveis nos últimos cinco a seis anos e o desafio foi o de reconciliar a abordagem fundada no direito à alimentação, que é uma abordagem desenvolvida pelas instituições internacionais, com a abordagem da Soberania Alimentar, que eles promovem. Mas as convergências são muito fortes e trabalhei muito com eles, incluindo-os em todas as minhas consultas.

### **Já falou de fixar impostos sobre a *junk food*, mas o que está a acontecer é que estão a ser fixados impostos sobre os produtos biológicos. Qual é a sua posição a este respeito?**

Em que sentido pagamos impostos sobre os produtos biológicos?

### **Paga-se para se ter um selo que prova que são biológicos, que é a forma de serem certificados.**

Sim, de acordo. Creio que os alimentos prejudiciais para a saúde, como as bebidas gasosas açucaradas ou os *snacks* que têm um alto conteúdo energético, mas pouco valor energético, devem ser desencorajados. Há diferentes maneiras de o fazer, especialmente onerando estes produtos, para enviar uma mensagem forte ao consumidor. Foi o que fez o México recentemente, com o presidente Enrique Peña Nieto, que decidiu impor impostos dissuasivos sobre as bebidas gasosas açucaradas e os *snacks*. E penso que há que incentivar o consumo de frutas e legumes com subsídios para promover mudanças no consumo. Porém, a questão chave para uma alimentação mais sã não é apenas a questão do preço, mesmo que este tenha um papel, é sobretudo uma questão de educação, de tempo, de favorecer a capacidade das pessoas de cozinhar e comprarem os seus alimentos frescos. Isto faz parte de um conjunto de disposições que falta pôr em marcha para incentivar uma alimentação mais sã.

---

<sup>10</sup> A partir da entrevista aqui transcrita, a jornalista Tatiana Rojas publicou ainda o artigo disponível em: <http://panoramalatino.es/la-agricultura-low-cost-lo-barato-sale-caro/>



**Mas ainda é saudável comprar nos supermercados, com a presença cada vez mais importante de produtos transgénicos, por exemplo?**

Não estudei as questões ligadas à saúde e aos alimentos transgénicos, OGM. Estudei os OGM a partir de uma questão muito específica, que é a dos impactos sobre os pequenos agricultores ao dependerem dessas tecnologias, mas não sou médico nem nutricionista. Os cientistas que trabalham nessa área têm dificuldades em fazê-lo porque as suas investigações não são incentivadas, na verdade são ativamente desencorajadas, e isso parece-me problemático. [Estes cientistas] já se queixaram. Queixam-se de que as investigações sobre os OGM não são livres e que, portanto, não têm a possibilidade de verdadeiramente identificar os possíveis efeitos sobre a saúde da alimentação OGM.

**Num modelo de diversidade que se distanciasse da agricultura *low-cost*, deveríamos fechar os supermercados e voltar aos mercados locais?**

Não, isso é irrealista. Os sistemas devem coexistir. Desempenham funções diferentes e cada um tem a sua utilidade. Creio, simplesmente, que temos a responsabilidade de manter essa diversidade e que se não tomarmos medidas para incentivar os sistemas alimentares alternativos, efetivamente, assistiremos a uma uniformização dos regimes alimentares, as cidades vão depender de apenas um canal de distribuição e as opções do público serão limitadas. Sou partidário de uma diversidade de sistemas alimentares em que cada um desempenhe a sua função e que sejam acessíveis para produtores diferentes, para públicos diferentes e mercados diferentes.

**Onde faz as suas compras, por exemplo?**

Sou como toda a gente. Vario muito. Compro o que posso no mercado local, de agricultores, perto da minha casa, onde compro diretamente ao produtor mas, evidentemente, também consumo produtos transformados que eles não vendem, portanto vou também ao supermercado. Creio que é o caso de cada vez mais pessoas, que não estão ligadas apenas a um sistema alimentar, mas que consomem em diferentes lugares.

**Defende a agroecologia como alternativa ao modelo [agrícola] atual, mas estaremos preparados para respeitar o ciclo natural das culturas e não termos tomates todo o ano, por exemplo?**

Creio que isso devia fazer parte da educação do consumidor. Perdemos o contacto com as estações do ano, estamos mal informados, em geral, sobre os laços entre as culturas e as estações porque estamos acostumados a ter tudo acessível durante todo o ano. Isto deve mudar, não é sustentável. Isto faz parte das reformas ligadas à alimentação que se deviam incentivar.



### **Qual é a diferença entre [a produção de] produtos ecológicos e a agroecologia?**

A diferença é importante. Os produtos 'bio' têm um selo, são certificados e cumprem uma série de condições, enquanto a agroecologia, enquanto princípio, é o laço entre a agronomia e a ecologia. É a ideia de que temos de reformar a maneira de produzir as plantas e culturas, ligando-as ao ecossistema. A agroecologia não é um selo, é uma maneira de refletir sobre a profissão de agricultor, que quer compreender como funciona a natureza para reproduzir em escala na exploração agrícola as complementaridades entre diferentes elementos da natureza. É uma maneira eficiente de utilizar os recursos naturais, aceitando que a natureza é complexa e que a tarefa do agricultor deve ser a de compreender como esta funciona para reproduzir aquelas complementaridades.

### **Nos países desenvolvidos há pessoas que comem 4.500 calorias por dia, o dobro do necessário mas, ao mesmo tempo, existem casos de malnutrição, como em Espanha, e gente que come em cantinas sociais. Há uma tendência para a polarização entre as classes sociais na Europa no acesso à alimentação?**

Não creio que sejam dois fenómenos ligados entre si. Creio que as razões pelas quais há problemas de excesso de peso e obesidade, porque as pessoas consomem excessivamente, são uma categoria de problemas e não [se devem a] eles consumirem muito e outros consumirem pouco. Os que consomem muito pouco é porque não têm dinheiro suficiente e o que destinam à alimentação é um orçamento que se pode cortar facilmente, ao passo que não podemos regatear o preço que pagamos pelo aluguer de um apartamento ou o preço dos transportes para ir trabalhar e voltar. Na alimentação, podemos sempre gastar um pouco menos. E, muitas vezes, vemos que os mais pobres, as pessoas que a crise afeta em particular, não só comem menos em termos de calorias, mas ainda comem pior. Comem coisas menos saudáveis, de maneira menos diversificada e isso tem consequências na saúde, não necessariamente em termos de subalimentação, mas antes de de malnutrição .

### **Com o abandono da agricultura *low-cost*, os preços subiriam?**

Sim, é certo, isso seria o que veria o consumidor. Porém, não devemos esquecer que, quando falamos da agricultura industrial que faz circular no mercado alimentos a baixo preço para os consumidores, há muitos impactos escondidos, impactos sociais, que a comunidade suporta - em termos de contaminação, de impacto na saúde pública, de êxodo rural. Todos estes impactos reais causados pela agricultura industrial não estão integrados nos preços que paga o consumidor. Contudo, é certo que é, efetivamente, a agricultura *low-cost* que dá a impressão ao consumidor de ser mais barata, uma impressão enganosa. Para mudar de modelo, há que proteger o consumidor pobre. O que procuro passar como mensagem é que as famílias pobres devem ser protegidas com um reforço da proteção social, um reforço da segurança social, mas que a solução dos preços artificialmente baixos não é uma solução a longo prazo.

**Então essa mudança de modelo vai promover mudanças sociais enormes, porque o salário das pessoas terá de ser aumentado para poder pagar preços, digamos, justos.**

Não sei se serão enormes, mas há uma implicação, e uma das batalhas a superar é a de deixarmos de entender o sistema alimentar como se a sua função principal fosse fazer circular produtos alimentares a baixo preço, [além de que teremos de aceitar] que a proteção social deve ser reforçada. No meio europeu, os lares destinam 12 a 13% do seu orçamento à alimentação. Em 1950, destinavam 30 a 35%. Temos de aceitar a ideia de que se queremos uma agricultura mais sustentável e um modo de alimentação mais saudável, precisamos que esse orçamento aumente, mas também que os lares pobres sejam apoiados para que possam suportar esse aumento.

**Gostava de insistir na pergunta anterior. Nos países da Europa do Sul, o que temos visto é esta polarização, ou seja, as pessoas mais afectadas pela crise são as mais pobres e os sistemas de segurança social estão a ser desmantelados e não reforçados. Portanto, como pensa que se deve lidar com esta questão, a nível internacional, quando defende o reforço destes sistemas, mas as instituições supra-nacionais – como a “troika” – recomendam a sua redução?**

É um problema sério. É uma fonte de preocupação que, mesmo em países que são comparativamente ricos a nível global, a protecção social esteja a ser reduzida, quando devia, em tempos de crise, vir ao auxílio das pessoas. Isto vai além da problemática alimentar, claro, mas sei que, seja na forma da malnutrição no sentido de as pessoas cortarem nas despesas e comerem menos, seja (o que é muito mais frequente) no sentido de as pessoas mudarem de hábitos alimentares e comerem de forma menos saudável, a crise está a ter um impacto. Não sei se este foi medido em Portugal, mas foi medido em certos países, como no Reino Unido, onde vi muito estudos que demonstram isto e é também muito significativo que seja ainda nestes grupos da população que a obesidade está a aumentar. A obesidade está ligada à má nutrição, não ao facto de as pessoas serem ricas e comerem muito, mas ao facto de serem pobres e de se alimentarem mal, desenvolvendo problemas de excesso de peso.

**Está a terminar o seu mandato como conselheiro especial para as questões alimentares das Nações Unidas. Como conseguiu, nesse mandato, conjugar as vozes de tantos protagonistas diferentes dos sistemas alimentares?**

Foi um momento único, após a crise alimentar global de 2008, em que houve uma enorme reconsideração dos sistemas alimentares. Francamente, nos últimos seis anos, muito mais aconteceu em termos da nossa reconcetualização dos sistemas alimentares do que nos 25 anos anteriores, tem sido um momento muito importante, com muitas cimeiras internacionais onde o problema foi redefinido. O meu papel consistia em traduzir para os governos, através de recomendações, as informações que conseguia recolher de consultas com diferentes atores.

Reuni de forma muito alargada com a sociedade civil, organizações de agricultores e ONG, que me expressaram as suas preocupações e com quem trabalhei intimamente. Também consultei peritos científicos, que trabalham nas áreas da nutrição, das alterações climáticas, da degradação dos solos, etc., que também se sentem preocupados na medida em que sentem que os governos não os têm estado a ouvir. O meu trabalho tem sido, então, ouvi-los e traduzir tudo isto em recomendações de que os governos tinham, pelo menos, de tomar conhecimento e acerca das quais tinham de tomar uma posição. Portanto, podem não concordar, mas têm, pelo menos, de receber a informação e tomar uma posição, o que aumenta a pressão. É verdade que há um terceiro conjunto de atores, as empresas de agronegócio, o setor privado, com as quais o diálogo foi menos intenso. Consegui trabalhar com empresas na área da distribuição, como o Carrefour, e na área da transformação, como a Nestlé ou a Danone, mas tem sido muito difícil falar com grandes protagonistas tais como os compradores de *commodities*, como a Cargill, Bunge, Louis Dreyfus ou Glencore, porque estes não têm nenhum incentivo forte para colaborar com as Nações Unidas e para encontrar soluções. Não têm uma reputação a proteger, não interagem diretamente com os consumidores, portanto é muito difícil convencê-los a repensar o que estão a fazer. Esse foi um diálogo que tentei ter, mas não consegui.

**Como, então, dar uma voz aos protagonistas como os camponeses, os sem terra, neste quadro de dominância internacional das empresas transnacionais, mais interessadas em manter o *status quo*?**

Uma área onde foi feito algum progresso, nos últimos dez anos ou talvez menos, foi na criação de espaços onde a sociedade civil e as associações de agricultores, especificamente de pequenos agricultores, podem fazer ouvir a sua voz nos processos de tomada de decisões. O exemplo do Brasil é interessante. O Brasil adotou em 2006 uma lei, a Lei SISAN<sup>11</sup>, criando um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o CONSEA, um órgão consultivo no qual as organizações de agricultores podem ser ouvidas. E o Brasil não está sozinho, há mais alguns países na América Latina, alguns em África, a dar mais espaço às organizações de agricultores, de modo que as políticas, agora, estão a tomar em conta mais sistematicamente as suas perspetivas. O direito à comida, tal como está a ser interpretado, está a ser, na verdade, implementado por leis que estabelecem estes organismos, através dos quais estes grupos podem estar mais envolvidos na tomada de decisões.

---

<sup>11</sup> Disponível online em: <http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/Sisan%20-%20Lei%20no%2011.346-%20de%2015%20de%20setembro%20de%202006.pdf>

## **Passando do local ao global, como espera que as decisões a nível internacional mudem, quando as mesmas pessoas que criaram a crise alimentar de 2008 continuam a seguir as mesmas estratégias?**

Não sei se podemos dizer que há pessoas que criaram a crise alimentar, a crise foi o resultado de uma reação irracional dos governos à informação acerca de baixos níveis de stocks e foi uma reação em cadeia que levou à proibição de exportações por alguns governos. Não creio que seja justo dizer que as empresas transnacionais criaram a crise<sup>12</sup>, o que é verdade é que o sistema era injusto e desequilibrado. Não creio que possamos revolucionar o sistema de uma só vez, penso que a opção mais realista é promover alternativas ao sistema alimentar dominante e que estas alternativas estão agora a ser mais apoiadas do que no passado. Já percebemos que é importante permitir a emergência de novos atores, de diferentes cadeias alimentares, de formas diferentes de obter comida e que não podemos continuar no caminho de transformar a comida numa *commodity* e de transnacionalizar as cadeias alimentares. O que tenho visto e o que tenho encorajado é a emergência de alternativas, na forma de cadeias alimentares curtas, de agricultura urbana e peri-urbana, de mercados de agricultores, de cooperativas de produtores e de consumidores e isso é muito promissor, cria diversidade nos sistemas alimentares.

## **Considera a transformação da comida numa *commodity* um problema?**

Esse é um dos problemas, a comida ser tratada como uma *commodity*, ignorando o seu valor cultural e a sua ligação a territórios específicos e aos hábitos alimentares das pessoas e dos povos, mas há outra questão, que é a financeirização dos mercados da agricultura, que é realmente uma fonte de preocupação. Foi uma das razões por trás da crise em 2008 e em 2010 e o que significa é que os produtos financeiros que estão ligados às *commodities* da área da agricultura, particularmente no caso do trigo e da soja, são trocados nos mercados financeiros sob a forma de contratos de futuros, de *swaps* ou de opções, por exemplo, e estes mercados financeiros cresceram, em volume, de tal maneira que se tornaram maiores do que a economia real, do que os mercados físicos. Isto resulta numa situação em que, em vez de refletir o valor real das *commodities*, a evolução da oferta e da procura e o nível dos *stocks*, os preços do milho, da soja ou do trigo, refletem, cada vez mais, o sentimento especulativo dos investidores, ou seja, de *hedge funds* ou de bancos, que especulam com variações de curto prazo nos preços. Portanto, a volatilidade aumentou e os preços passaram a refletir antecipações dos atores financeiros, em detrimento da realidade do momento. Essa é uma fonte de preocupação e apelei a uma maior

<sup>12</sup> Olivier De Schutter nota, contudo, que, durante a crise alimentar de 2008, “a number of signs indicate that a significant portion of the price spike was due to the emergence of a speculative bubble. Prices for a number of commodities fluctuated too wildly within such limited time-frames for such price behaviour to have been a result of movements in supply and demand: wheat prices, for instance, rose by 46% between January 10 and February 26, 2008, fell back almost completely by May 19, increased again by 21% until early June, and began falling again from August 20. The 2008 food price crisis was unique in that it was possibly the first price crisis that occurred in an economic environment characterized by massive amounts of novel forms of speculation in commodity derivative markets”, devido à desregulação dos mercados financeiros realizada em 2000. In De Schutter, Olivier, *Food Commodities Speculation and Food Price Crisis* (2010), disponível online em [http://www.srfood.org/images/stories/pdf/otherdocuments/20102309\\_briefing\\_note\\_02\\_en\\_ok.pdf](http://www.srfood.org/images/stories/pdf/otherdocuments/20102309_briefing_note_02_en_ok.pdf)

regulação nessa área. Os EUA adotaram uma lei, em 2010, a Lei Dodd-Frank<sup>13</sup>, implementada três anos mais tarde por uma comissão do governo dos EUA e, na UE, revimos recentemente uma diretiva sobre os mercados financeiros, a Diretiva MiFID<sup>14</sup>, que procura também acalmar a especulação financeira. Devia ser feito mais, mas temos feito algum progresso, porque os governos reconheceram, finalmente, que isto é um problema. Quando, em 2009, levantei esta questão e disse que este era um tópico sobre o qual devíamos trabalhar, o Banco Mundial respondia que não era um problema real, o FMI respondia que não era um problema real e a maioria das pessoas respondiam que não era um tópico a discutir. Dois anos depois, quando os países do G-20 trabalharam sobre a questão, descobriram finalmente que sim, isto é um problema, e começaram a tomar-se medidas. Mas tem sido um reconhecimento lento da realidade do problema.

### **Pensa que é necessária mais regulação?**

Sim, mas é muito difícil, porque os instrumentos financeiros são úteis para o bom funcionamento dos mercados. A dificuldade é distinguir entre a especulação útil, que é utilizada pelos *traders* de instrumentos financeiros para se protegerem do risco, e que é necessária, da especulação nociva, que é totalmente motivada pelas expectativas de ganhos devido às variações de preços a curto prazo. Essa distinção é muito complicada de fazer, precisamos de alguns instrumentos financeiros, mas estes têm crescido de tal forma em relação ao volume da economia real que se tornam um problema.

### **Acerca da democracia a nível europeu, com as eleições europeias (de dia 25 de maio de 2014) a aproximarem-se e o TTIP a ser negociado à porta fechada, como pensa que podia ser melhorada?**

Nas negociações sobre o Tratado de Comércio [e Investimento], acho aberrante que questões de tão grande importância sejam discutidas sem a participação do público, sem que até membros do Parlamento Europeu tenham acesso aos mandatos de negociação que os negociadores da Comissão Europeia para o Comércio têm e sem que os vários documentos que os negociadores têm trocado estejam disponíveis para discussão. Isto é completamente inaceitável. Se não há nada a esconder, porque não torná-los disponíveis? Estou muito preocupado porque temo que este seja um tratado orientado para as necessidades das grandes transnacionais, que vêem oportunidades para conquistar maiores mercados, mas a expensas do público. O que fazer quanto a isto? Em primeiro lugar, transparência sistemática nas negociações. Depois, realizar uma avaliação dos impactos nos direitos humanos das propostas sobre a mesa. A Comissão comprometeu-se publicamente a fazer isto, o Parlamento Europeu adotou uma resolução a 25 de novembro de 2010 exigindo-o, mas a Comissão não cumpriu esta promessa até agora e estou muito desiludido com isso, creio que é realmente um problema para a democracia. Seria um

<sup>13</sup> Disponível online em: <https://www.sec.gov/about/laws/wallstreetreform-cpa.pdf>

<sup>14</sup> Disponível online em: [http://ec.europa.eu/internal\\_market/securities/isd/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/internal_market/securities/isd/index_en.htm)

problema menor se estas discussões tocassem questões remotas, mas os acordos sobre o comércio têm um impacto enorme nos regulamentos. No futuro, o risco é que os regulamentos que queiramos adotar sejam aprovadas ou não consoante a sua contribuição para o livre comércio entre os EUA e a UE. Apesar de todas as promessas da Comissão Europeia, não sinto que isto vá deixar intocada a nossa liberdade de regulação, para legislar em favor do ambiente, da saúde e de questões sobre as quais estou realmente preocupado. Simplesmente não há desculpas para manter esta situação.

## Conclusões

No final do Seminário restavam ainda algumas questões em aberto: “as evoluções nos sistemas agro-alimentares, desde a crise alimentar de 2008, ainda estão muito incompletas e uma das razões é o processo de decisão”, que enfrenta bloqueios a vários níveis, afirma De Schutter durante o encerramento do debate. Em primeiro lugar, “à medida que se sobe na escala da governação, mais se é confrontado com vetos”, nomeadamente da parte do poder empresarial. “As mudanças são mais fáceis de concretizar a nível local”, o que leva De Schutter a concluir que um dos problemas principais nesta área é a “falta de democracia alimentar e a sub-representação dos agricultores locais” na tomada de decisões. Por outro lado, “as diferentes políticas [relacionadas com a alimentação], de comércio, ajuda alimentar internacional, cooperação para o desenvolvimento, saúde, etc., estão fragmentadas” por organismos muito diversos, quando “a comida tem tudo a ver com a saúde, o ambiente, etc.”. Assim, “torna-se complicado conciliar os objetivos” nesta área.

Os participantes no Seminário referiram ainda temáticas como o papel das ONG na transição do atual sistema alimentar para um mais justo e ecológico, a participação das pessoas nesse processo e, finalmente, o peso das empresas na mudança.

Como já foi referido, a “diferença entre as políticas a curto prazo e a longo prazo” leva a que o planeamento continue a ser feito sem ter em conta “os objetivos de longo prazo”, o que leva Olivier De Schutter a defender a reforma do Committee on World Food Security<sup>15</sup> (CFS). “Em 2009, defendi firmemente uma monitorização mais forte dentro do CFS, tendo chegado a um compromisso em que, gradualmente, seria acompanhada a implementação de todas as recomendações do CFS e, depois, haveria atualizações anuais. Estas recomendações não são, porém, vinculativas, mas os governos querem ser credíveis [perante organismos deste tipo]. É claro que há uma grande diferença entre este tipo de direito indicativo (*soft law*) e tratados vinculativos, mas é possível pressionar os governos, envergonhando-os. Por exemplo, as ONG podem construir as suas próprias tabelas, a partir daquelas recomendações, com seis a 10 indicadores que refletem o que os governos estão a fazer para seguir as recomendações.”

Finalmente, é o próprio Olivier De Schutter que deixa por responder uma sua pergunta: “será que as grandes empresas, ao introduzir produtos com a marca de comércio justo ou de produto biológico, estão a mudar a sua relação com os agricultores ou apenas a tentar vender mais?”

---

<sup>15</sup> [http://www.srfood.org/images/stories/pdf/otherdocuments/20120508%20-%20srrtf\\_commentsgsffirstdraft.pdf](http://www.srfood.org/images/stories/pdf/otherdocuments/20120508%20-%20srrtf_commentsgsffirstdraft.pdf)